

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.550 - SC (2015/0296082-6)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
EMBARGANTE : SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI  
ADVOGADOS : SIDNEY FERREIRA BATALHA - DF011016  
PATRICIA LEITE PEREIRA DA SILVA - DF020695  
ADVOGADA : SANDRA ARLETTE MAIA RECHSTEINER E OUTRO(S) -  
DF023606  
EMBARGADO : COMPANHIA HERING  
ADVOGADOS : ANETE MAIR MACIEL MEDEIROS E OUTRO(S) - DF015787  
HENRIQUE GAEDE - PR016036

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DISCUSSÃO QUANTO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. NÃO CABIMENTO DOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO PARTICULAR REJEITADOS.*

1. Trata-se de Embargos de Declaração no Recurso Especial opostos pelo SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, contra decisão da minha lavra, cuja ementa abaixo se transcreve:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS AO SESI. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA APRECIAR E JULGAR O WRIT IMPETRADO CONTRA DIRIGENTE DA ENTIDADE. ARRECADAÇÃO DIRETA. AGENTE FISCAL. ATRIBUIÇÃO TÍPICA DE AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. LEGITIMIDADE PARA CONSTITUIÇÃO E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA-SESI A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.*

2. Aduz a parte embargante, em síntese, a existência de contradição na decisão embargada, ao ponto que foi mantida a competência da Justiça Federal para apreciar e julgar o presente feito, um Mandado de Segurança impetrado pela parte recorrida – como substitutivo de ação declaratória – somente contra o SESI, afirmando

# Superior Tribunal de Justiça

não ser a União Federal, portanto, parte, o que afasta a incidência do art. 109, I da Constituição Federal.

3. Impugnação apresentada.

4. É o breve relatório.

5. O art. 1.022 do Código Fux - CPC/2015 - (art. 535 do CPC/1973) é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão.

6. Destarte, infere-se que, não obstante pacífica a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do *decisum* em casos justamente nos quais eivado de obscuridade, contradição ou omissão; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, é dizer, o condão de alterar, livre e substancialmente, o decisório em seu dispositivo, mas aclaratório ou integrativo, daí não sendo seu processamento norteado pelos princípios do contraditório e da igualdade.

7. Com efeito, os Embargos de Declaração não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

8. Ressalte-se, por oportuno, que esta Corte admite a atribuição de efeitos infringentes a Embargos de Declaração apenas quando o reconhecimento da existência de eventual omissão, contradição ou obscuridade acarretar, invariavelmente, a modificação do julgado, o que não se verifica na hipótese em tela. A respeito, confira-se:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL E*

# *Superior Tribunal de Justiça*

ADMINISTRATIVO. ANISTIA. PORTARIA. EFEITOS RETROATIVOS. PAGAMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. DESNECESSIDADE.

1. A obtenção de efeitos infringentes, como pretende a embargante, somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do mencionado art. 535, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício; bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado. Precedentes.

2. No caso, inexistente qualquer vício a ser sanado. Da simples leitura do acórdão ora embargado, depreende-se, inequivocamente, que todas as questões apontadas como não enfrentadas foram, clara e explicitamente, abordadas.

3. A solução da controvérsia posta à apreciação desta Superior Tribunal carece da análise dos dispositivos constitucionais apontados pela Embargante, na medida em que se funda exclusivamente na interpretação da legislação infraconstitucional, mormente na Lei 1.533/51 - Lei do Mandado de Segurança e na Lei 10.559/02 - Lei das Anistias.

4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no MS 11.621/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 23.10.2006).

9. Vale ainda esclarecer que apenas excepcionalmente os Aclaratórios podem ser utilizados para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional, hipótese diversa da apresentada nestes autos.

10. Nos presentes Declaratórios a parte embargante afirma existir contradição na decisão embargada, ao ponto que foi mantida a competência da Justiça Federal para apreciar e julgar o presente feito, um Mandado de Segurança impetrado pela parte recorrida – como substitutivo de ação declaratória – semente contra o SESI, afirmando

# *Superior Tribunal de Justiça*

não ser a União Federal, portanto, parte, o que afasta a incidência do art. 109, I, da Constituição Federal.

11. Dos próprios argumentos apresentados nos Aclaratórios verifica-se não se tratar de qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, mas de mera pretensão de reforma do julgado com base no inconformismo da parte com a solução jurídica ali aplicada; pretensão incabível nesta via recursal.

12. Diante dessas considerações, rejeitam-se os Embargos de Declaração regularmente opostos pelo Particular.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR